



Prefeitura de São Luís
Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento
Ata da 14ª Reunião Extraordinária do Conselho da Cidade de São Luís
Mandato 2017/2020 - ANO 2018
Local: São Luís, MA, Auditório da Escola de Governo - EGEM
Data: 25/04/2018 Horário: 14:30 h Quórum: qualificado

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONCID

Pauta: 14º Reunião Técnica para discutir o Título sobre Mobilidade e o VI da Política de Habitação.

No dia vinte e cinco de Abril de dois mil e dezoito, às quatorze horas e trinta minutos, no auditório da Escola de Governo – **EGEM**, realizou-se a décima quarta reunião técnica do Conselho da Cidade de São Luís – **CONCID**, em obediência ao Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre a Prefeitura de São Luís e o Ministério Público Estadual. Compareceram à reunião os conselheiros apresentados na lista em anexo. A reunião iniciou com a saudação do presidente em exercício do Conselho, o Senhor *Gustavo Marques (SEMPE)* que, em seguida, descreveu os assuntos da pauta. Logo após, franqueou a palavra àqueles que desejassem fazer algum informe. A Conselheira Jucicleide Silva (SEMURH) informou o horário de encontro para a visita dos conselheiros e a SEMURH ao conjunto Mato Grosso. Encerrada a fala da conselheira, o presidente Gustavo Marques franqueou a palavra novamente para aqueles que almejavam tê-la. A conselheira Donatília de Fátima Guedes (ONG Moradia e Cidadania) reforçou convite aos conselheiros referente a Romaria do trabalhador da área Itaqui Bacanga, e o conselheiro Élio de Jesus (APRUMA) justificou a ausência dos conselheiros Janette Araújo (EUMP), Josuel Silvestre (ACIB-MA) e José Diniz (MNLM), Suely Gonçalves (STIU-MA). Após justificativas, o presidente Gustavo Marques rememorou as pendências sobre acessibilidade que a SEMURH se dispôs em portar a atual reunião, concomitantemente, a conselheira Jucicleide Silva (SEMURH) explicou que as pendências, que seriam apresentadas a respeito de habitação e acessibilidade, não seriam apresentadas mediante a ausência do representante da SEMURH Gabriela Melo. Assim explicado, o presidente Gustavo Marques passou a palavra para os funcionários da Secretaria Municipal de Transito e Transporte-**SMTT** para assim dar prosseguimento aos objetivos da reunião. A conselheira Érica Garreto (INCID) aclarou o que seria posto em discussão na reunião, sendo eles as propostas e esclarecimentos por parte da SMTT. Palavra cedida a SMTT, o conselheiro e representante da SMTT, Paulo Henrique, começou a discorrer a proposta do Artigo 54. A conselheira Érica Garreto (INCID) leu a mesma. Gustavo Marques (SEMPE) franqueou a palavra novamente e o Observador Kadu Vassoler fez uma sugestão, sendo ela: “o município propiciará a ampla e irrestrita participação da população na formulação, execução e acompanhamento de planos, projetos e programas de desenvolvimento municipal, assegurando que diversos setores

da sociedade tenham igual oportunidade de expressar suas opiniões e de tomar partes dos processos decisórios". Em seguida, a observadora Marcela Medeiros questionou sobre a data da reunião com a Secretário Municipal de Transito e Transporte solicitada no dia 4 de abril pelos conselheiros. O conselheiro Horácio Antunes (UFMA) se pronunciou a respeito da lei citada no artigo e solicita o material. Prossequindo com a palavra, o presidente Gustavo Marques esclareceu que o material solicitado já foi enviado a mais de uma semana, passando a palavra para a SMTT responder as perguntas e ver a proposição que estava sendo apresentada. O Rodrigo Fonseca (SMTT) falou a respeito da reunião questionada pela observadora Marcela com o Secretário Municipal de Transito, que estava se estabelecendo uma data para a mesma. Seguidamente o observador Kadu Vassoler perguntou como seria o conselho criado pela SMTT, o conselheiro Paulo Henrique esclareceu narrando que será composto por vários representantes de vários seguimentos da sociedade que estarão participando de qualquer mudança ou ação realizada na cidade e o presidente Gustavo ratificou a fala do Paulo, lembrando que já tem um conselho previsto e tratado por lei, no entanto, não está normatizado. Continuando com o debate sobre as propostas, a observadora Deusa Almeida perguntou onde ela teria acesso a Lei nº6292/2017 de Mobilidade Urbana da cidade de São Luís e seu respectivo plano, o conselheiro Paulo Henrique (SMTT) afirmou que a SMTT encaminhou os mesmo para a **SEMGOV**-Secretaria Municipal de Governo, para que fossem anexados no site da prefeitura, e, que caso a SEMGOV não tenha disponibilizado no site, acreditava-se que houve um erro de comunicação interno da prefeitura. O presidente Gustavo Marques fez-se presente no momento dessas falas solicitando à SMTT que os arquivos viessem a ser enviados via e-mail a todos que assim desejassem. Dando sequência aos seus questionamentos, a Observadora Deusa Almeida alegou que há cerca de 20 dias antecedentes a reunião, não conseguiu ter acesso nenhum a lei e ao seu projeto, sendo necessário dar entrada via ofício, aguardar 15 dias para ser atendida as suas solicitações. O conselheiro Horácio ratificou a fala da observadora Deusa Almeida declarando que de fato existe muita dificuldade em obter informações e materiais que deveriam ser totalmente disponíveis para qualquer cidadão. Além disso, o conselheiro Horácio pediu o artigo da lei de mobilidade que prever o conselho municipal. A observadora Marcela ratificou as palavras da observadora Deusa e do Conselheiro Horácio. O presidente Gustavo Marques indagou se havia possibilidade de junção das propostas do observador Kadu Vassoler e da SMTT. O Conselheiro Paulo Henrique afirmou que seria redundante. O Observador Kadu Vassoler justificou o motivo de frisar na sua proposta que qualquer cidadão deve ter acesso e participar dos planos e projetos da cidade de São Luís, alegando que isso não acontece. E como exemplo, citou o fato do Plano de Mobilidade não está disponível e que, somente após estourar o prazo de transparência, esses dados foram fornecidos. O presidente Gustavo Marques expos as proposições e sugeriu que a proposição do Kadu Vassoler se tornasse um terceiro inciso. A conselheira Érica Garreto (INCID) leu o artigo 54. O

D.F. Sousa

conselheiro Tito Carvalho (IFMA) fez suas colocações no primeiro e segundo inciso e assim questionou a ordem entre Lei e Plano Diretor. O representante da SMTT Manoel Cruz falou um pouco sobre a criação da Lei, afirmou que tudo está seguido a legalidade e falou que o plano vinha após a legislação e falou sobre o modo de funcionamento do Conselho, afirmando que o conselho já será a representação da sociedade ludovicense. O Observador Kadu Vassoler alegou que desse modo de funcionamento do Conselho, há restrição a participação da sociedade somente através do conselho e questiona isso. O Manoel Cruz (SMTT) rebate novamente as suas ideias e diz que não há restrição alguma, já que o conselho em si, já tem o papel de quebrar essas barreiras e restrições e de facilitar a participação dos cidadãos nas questões da cidade. O Presidente Gustavo Marques organizou novamente as pessoas inscritas para obter a palavra e por ordem a palavra foi dada a conselheira Ângela Maria (MDI) que abordou sobre o inciso 2, acrescentando ao debate que no corpo da lei em nenhum momento está previsto uma participação popular, somente no plano de ação posto em um anexo da lei. Sendo assim, a conselheira sugeriu a retirada das palavras "previsto na lei". O presidente Gustavo Marques franqueou a palavra para o Conselheiro Marcelo Machado (CAU-MA) que assegurou haver redundância nas propostas e discursos feitos, diante de que todos eles estão previstos de forma ampla na lei, por mais que tenham ou não sido atendidos. Após isso, a palavra foi fraqueada para a observadora Marcela Medeiros que orou que todos os motivos de tanta "redundância" e "frisagem" estão ocorrendo mediante a dificuldade que se é encontrada ao buscar e obter informações e dados com a prefeitura. Continuando seu discurso, a observadora questionou a forma de aprovação desta lei citada, 'Lei N°6292/2017', alegando estranheza no processo rápido de aprovação, e mesmo a Lei fazendo referência ao Plano de Mobilidade, o Plano não estando publicado juntamente com a lei. Argumentou que não há eficácia não por ausência de legislação urbanística e previsão, e sim ausência de plano de ação e estratégia. A conselheira Ângela Maria (MDI) afirmou novamente a ausência de um plano de ação que de fato haja um conselho com seu papel exposto e prazo determinado para sua criação. O representante da SMTT Claudio Ribeiro explicou que todos os processos de criação da lei foram executados de forma legal e fazendo referência a fala da conselheira Ângela e dá a sugestão de estabelecer um prazo (60 ou 90 dias) a partir da aprovação da Lei. Posteriormente, a palavra foi franqueada para o Conselheiro Benedito de Jesus (Comitê em Defesa Rio das Bicas/Bacia Bacanga) fez observações pertinentes a forma que as propostas estavam sendo expostas e elaboradas, afirmou que hoje a sociedade precisa de uma resposta do poder público e pediu para os funcionários da SMTT revejam suas propostas e cobra a Planilha de Custos dos Transportes Urbanos de São Luís. Em seguida, a palavra é fraqueada para o Conselheiro Élio de Jesus (APRUMA) que faz observações no inciso primeiro. Concomitantemente o Conselheiro Horácio Antunes (UFMA) fez a proposta de permutação do inciso 3 para o inciso 2, e em segundo, fez a proposta que seja retirada a referência a Lei n°6292/2017 e que

se estabeleça um prazo de no máximo 90 dias para revisão da mesma, e em terceira, propôs a inserção de um quarto inciso referente a articulação de São Luís com os demais municípios. A Conselheira Érica Garreto (INCID) transformou a proposta do Conselheiro Horácio Antunes (UFMA) em quarto inciso. Em meio a isto, a Tatyana Medeiros (SEMPE) aproveitou para se desculpar por não ter enviado o material aos observadores por e-mail, justificando a falta. Posteriormente, o representante da SMTT Manoel Cruz elogiou a colocação do Conselheiro Horácio Antunes (UFMA) fez observações acerca da mesma, falou que foi importante a colocação do conselheiro Horácio Antunes (UFMA) visto que hoje essa articulação está bem mais intensa, seguindo de um pedido para complementar a proposta feita pelo conselheiro Horácio Antunes (UFMA), com a seguinte proposta de articulação, integração com o sistema de transporte coletivo 'ônibus' nos municípios da Ilha de São Luís. O Presidente Gustavo Marques franqueou a palavra para o observador Kadu. O observador Kadu Vassoler questionou o Plano Diretor de Integração que supõe está sendo discutido paralelamente com o Estado. O Presidente Gustavo Marques disse que não tinha conhecimento sobre esse fato, mas que seria interessante se houvesse mesmo tal discussão. A observadora Jaana, questionou a complementação feita pelo Manoel Cruz (SMTT), solicitando a retirada da palavra ônibus pois limita os meios de transporte somente este. Logo depois, a observadora Marcela Medeiros fez uma proposta para o primeiro inciso do Artigo 54, a mesma sugeriu que fosse inserido após o final do artigo: "com a formulação de relatórios anuais a serem disponibilizados no site da Secretaria Municipal de Transito e Transporte." O Presidente Gustavo Marques sugeriu que a proposta da Marcela se transformasse em um quinto inciso e a conselheira Érica Garreto (INCID) fez a leitura final do Artigo 54. O mesmo foi aprovado por unanimidade às 16 horas e 22 minutos. A palavra foi fraqueada à SMTT pelo Presidente Gustavo Marques e o representante da SMTT Manoel Cruz iniciou a palavra fazendo esclarecimentos sobre Custos do Transporte, afirmando que tudo consta na planilha, orçamentos e falou também das licitações e como é realizado a mesma. O observador Kadu Vassoler fez questionamentos, pedindo que essa planilha fosse vista nas próximas reuniões, já que até mesmo os valores das passagens influenciam na planilha de custo, assim como a mesma nos valores dos transportes, logo seria interessante que fosse trazida às reuniões. Também fez observações acerca dos relatos realizados pelo Manoel Cruz (SMTT), falando sobre os contratos e lucros, aqui registrado em Ata como pedido frisado pelo observador. Seguidamente, a Conselheira Érica Garreto (INCID) leu o Artigo 55 vigente e a proposta da SMTT para que ambas fossem postas em discussão. O Presidente Gustavo Marques (SEMPE) franqueou a palavra e a observadora Marcela Medeiros deu início a mesma fazendo a observações pertinentes a proposta da SMTT e sugerindo a sua proposta, em seguida, que era a permanência do texto anterior, que o terceiro inciso se transforme em plano cicloviário e criação de novos incisos: Plano de Caminhabilidade, como o quarto, Plano de Pavimentação Viária, como o quinto,

Plano de Regulação e Controle dos Polos Geradores de Viagens, como o sexto, e Plano de Muros e Calçadas, como o sétimo inciso. Seguidamente o Conselheiro Benedito fez algumas colocações e o Presidente Gustavo falou que era importante voltarmos aos assuntos da pauta atualmente discutida, suas palavras foram ratificadas pela Conselheira Wellintania Freitas (SEMMAM). Por ordem, a palavra foi dada continuidade pelo observador Kadu Vassoler que sugeriu a alteração no Artigo 55, mantendo o texto do Plano Diretor atual e adicionando no final do mesmo: “promovendo o desenvolvimento sustentável com a mitigação dos custos ambientais e socioeconômicos dos deslocamentos de pessoas e cargas na Grande Ilha através do plano de Mobilidade com os dados e metas específicas de cada ação”. O observador Kadu também solicitou um estudo e regulamentação das vans (transportes alternativos já utilizados no município). O presidente Gustavo Marques (SEMPE) passou a palavra para a SMTT, o representante Paulo Henrique explicou as propostas da SMTT e reforçou a permanência das mesmas e do termo “sistemas” nas propostas. As observadoras Marcela Medeiros e Deusa Almeida fizeram uma contraproposta, sugerindo que os sistemas colocados fossem substituídos por sistema de circulação, que incluiria todos os planos inclusos na proposta feita anteriormente por ela no terceiro inciso. E por fim, o Sistema Municipal de Viação contemplaria o Plano de Pavimentação Viários e o Sistema de Transporte contemplaria o Plano de Regulação e Controle de Polos Geradores de Viagens. A Conselheira Erica Garreto (INCID) sugeriu a leitura da proposta da SMTT inteira para ter um melhor entendimento. O Conselheiro Horácio Antunes (UFMA) ratificou a proposta da Conselheira Érica Garreto. O Conselheiro José Marcelo (INCID), concomitantemente, ressaltou que os e-mails com as propostas já foram enviados antecipadamente. O Conselheiro Paulo Henrique (SMTT) fez ressalvas sobre as suas propostas, lembrando o que era o conceito de sistema, que além de atual, estava sendo muito usado hoje, e o observador Kadu Vassoler expos suas preocupações com a “abrangência” do termo sistemas. Aproveitando a fala do Observador Kadu Valosser, o Conselheiro José Marcelo (INCID) ratificou a fala do conselheiro Paulo Henrique (SMTT) e citou algumas abordagens que tomam ‘sistemas’ como palavras chaves. O Presidente Gustavo solicitou a leitura dos Artigos com toda as suas integridades, tanto o atual quanto ao proposto, a Conselheira Érica Garreto (INCID) começou a leitura, atendendo a solicitação. Após leitura, Paulo Henrique (SMTT) fez algumas explanações a respeito de suas propostas e posteriormente, com a palavra, a Observadora Jaana questionou a defasagem das referências tiradas para desenvolvimentos da proposta da SMTT, alegou que muitas coisas foram tiradas de outros planos diretores passados. A Conselheira Donatilia de Fátima (ONG Moradia e Cidadania) destacou o inciso 3 do Artigo 55 para uma reflexão no quesito penalizar, fazendo ele válido não só aos cidadãos mas também o órgão público que não cumprir com o seu dever. O Conselheiro Paulo Henrique justifica o motivo de usar o termo ‘sistemas’ novamente. A Observadora Deusa Almeida fez referência a fala do Conselheiro Paulo Henrique, afirmando que já foi


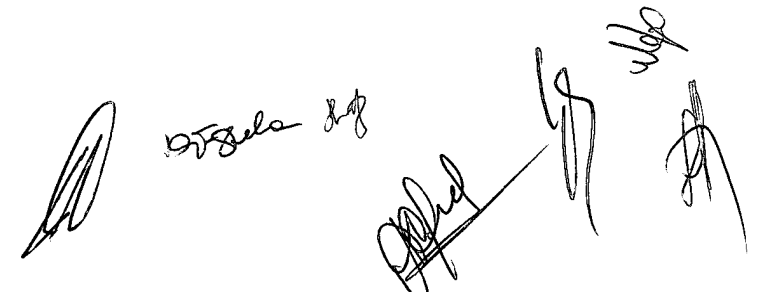
A vertical column of handwritten signatures and initials on the right side of the page. From top to bottom, they include: a scribble, a circle, a signature, a signature with 'Erickson' written below it, a large scribble, a signature with 'Wellintania' written below it, a scribble, a signature, a signature, a signature, and a signature.

A horizontal row of handwritten signatures and initials at the bottom of the page. From left to right, they include: a scribble, a signature with 'D. Silva' written below it, a signature, a signature, a signature, and a signature.

entendido o que é o sistema a que a SMTT se refere, porém que o que SMTT completa como sistema em sua proposta, não contempla como sistema os cidadãos, cobrando um Plano Efetivo da SMTT e a execução eficaz dele. A observadora Marcela Medeiros afirmou, em sua fala, que não vê um plano de ação e estratégia em toda a proposta da SMTT e alega incoerência entre artigos e a Observadora Deusa Almeida completa a fala da Marcela, falando dessa ausência do plano de ação. Mediante a discussão, o conselheiro José Marcelo (INCID) fez observações tentando organizar uma ideia comum, e afirmando que se basear em leis, planos e projetos para fazer o atual. Após a fala do conselheiro José Marcelo, o presidente Gustavo Marques concedeu a palavra para SMTT para que se pronunciasse pelas falas feitas anteriormente. O representante da SMTT Claudio Ribeiro falou que não há incoerência entre os artigos, e em seguida explicou a organização dos mesmos para a observadora Marcela e defendeu a ideia de que houve uma pequena confusão ou mal entendimento acerca da Legislação discutida. O presidente Gustavo Marques franqueou a palavra novamente para aqueles que estavam na vez. O observador Kadu Vassoler fez observações na fala do Claudio Ribeiro (SMTT) e defende novamente suas propostas, lembrando que o Plano de Mobilidade foi aprovado sem participação pública 'numa' lei de dezembro de 2017, e que é necessária a revisão de tal Plano. A Conselheira Wellintania Freitas (SEMMAM) ratificou a fala no Conselheiro José Marcelo (INCID) e recomenda a reenvio do texto para os Observadores, visando um melhor debate. O Conselheiro Horácio Antunes (UFMA) ratificou também a fala da Wellintania e solicitou que a SMTT trouxesse novas propostas. O Presidente Gustavo Marques retomou a palavra e pediu a devida leitura do material. Finalizando a discussão e esclarecendo que a próxima reunião será iniciada com a apresentação de propostas e votação dos Artigos 56 a 59. Por fim, O Presidente Gustavo Marques encerrou a 14º Reunião. Às 18:05 horas deu-se por encerrada a sessão e eu, Ana Carolina Vale Porto Pereira, lavrei a presente ata que, se aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais Conselheiros.

Lista de Presença

	Conselheiro Titular	Conselheiro Suplente	Part. Titular	Part. Suplente
01	Madson Leonardo Andrade Silva (SEMURH)	Jucicleide Silva Santos (SEMURH)	Ausente	Presente
02	Paulo Henrique Fernandes Rodrigues (SMTT)	Rodrigo Boncewicz da Fonseca (SMTT)	Presente	Ausente

03	José Marcelo do Espírito Santo (INCID)	Érica Garreto Ramos Barbosa (INCID)	Presente VER	Presente
04	Luiz Carlos B. Borralho Junior (IMPUR)	Luciana Arantes (IMPUR)	Presente	Presente
05	Lílian Porto (SEMFAZ)	Délcio rodrigues (SEMFAZ)	Presente	Ausente
06	Maria de L. Maluda Cavalcante Fialho (SEMMAM)	Wellintania Freitas dos Anjos (SEMMAM)	Presente	Presente
07	Lourenço Conrado Costa (SEPLAN)	Octávio A. Gomes Figueiredo Soares (SEPLAN)	Ausente	Presente
08	Gustavo Martins Marques (SEMPE)	Eloína Maria Moura Reis (SEMPE)	Presente	Ausente
09	Flávia Alexandrina (SECID)	Yata Anderson Gonzaga Masullo (SECID)	Ausente	Ausente
	Janette Araújo Amorim (UEMP)	Benedito de Jesus Santos (Comitê em Defesa Rio das Bicas/Bacia Bacanga)	Presente	Presente
11	Elias Pereira dos Santos Filho (CMP)	Sem indicação	Ausente	
12	José Francisco Diniz (MNLN)	Hellyson Layo de Jesus Bulhão (Residência 05)	Presente	Ausente
13	Ângela Maria Ferreira de Medeiros (MDI)	Maria das Neves Pereira de Araújo (U. Moradores da Vila Sarney)	Presente	Ausente
14	Alberto Cantanhede Lopes (COFREM)		Presente	
15	Davi de Jesus Sá (U. Moradores de Proteção do Cajueiro)	Clóvis Amorim da Silva (Mov de Pescadores e Pescadoras)	Ausente	Presente
16	Josuel Silvestre (ACIB-MA)	FEZOR	Presente	s/indicação
17	Élio de Jesus Pantoja Alves (APRUMA)	Luíz Henrique Preira da Silva (FETHEMAPI)	Presente	Ausente
18	Josefa Celestina de Jesus (FECRUS)	Joberval Carvalho Bertoldo (IDHPA)	Ausente	Ausente
19	Suely Gonçalves da Conceição (STIU-MA)	Saulo Costa Arcangeli (CSP Conlutas)	Presente AUSENCIA JUSTIFICADA	Ausente
20	Cleuson Alves da Silva (STTR)	Iraelson Ferreira (SINDIMETAL)	Presente	Ausente
21	Horácio Antunes Júnior (UFMA)	Jussara Martins Nogueira (UEMA)	Presente	Ausente
22	Tito Carvalho Tsuji (IFMA)	Carla Azevedo Veras (IAB)	Presente	Ausente
23	Donatília de Fátima Guedes (ONG Moradia e Cidadania)	Maria Neuma Nascimento de Souza (C. Ação e Cidadania)	Presente	Ausente
24	Marcelo Machado Rodrigues (CAU-MA)	Lorena Saboya (OAB)	Presente	Ausente

[Handwritten signature]

[Handwritten initials]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Vertical column of handwritten signatures and initials on the right side of the page]

25	Celso Gonçalo de Sousa (FIEMA)	Lucas Aragão (FIEMA)	Ausente	Presente
26	Alexander Carvalho (SINDUSCON)	Letícia Duearte Nunes (SINDUSCON)	Ausente	Presente
27	Militão Gomes (ADEMI)	Antônio Fernandes Calvacante	Ausente	Ausente
28	Arthur Baldez Silva (Assembleia Legislativa)	Tarcísio Almeida Araújo (Assembleia Legislativa)	Presente	Ausente
29	Itamilson Pereira C. Lima (Câmara Municipal)	Itamargarethe da Conceição Pereira Corrêa Lima (Câmara Municipal)	Ausente	Ausente
30	Paulo Helder Oliveira (Câmara Municipal)	Eliana Bezerra Rodrigues (Câmara Municipal)	Ausente	Ausente

	NOME/ENTIDADE	PARTICIPAÇÃO
01	José Aquiles Andrade (FUMPH)	Ausente
02	Maria da Conceição Lima de Azevedo (SEMOSP)	Presente
03	Dila Fonseca de Lima Campos (SEMAPA)	Ausente
04	Viviane Gomes de Brito (PGM)	Ausente
05	OAB	s/indicação
06	SEEAC	s/indicação

(Handwritten mark)

(Handwritten signature)

(Handwritten signature)

(Large handwritten signature)
Helvécio
Arde

(Handwritten mark)

(Handwritten signature)

(Handwritten mark)

(Large handwritten signature)

(Handwritten signature)

(Handwritten signature)
De... de...

(Handwritten signature)